

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Andrea Oliveira Almeida¹

Deficiência Sensorial: Surdez

1. O que é a deficiência auditiva?

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons. De acordo com Rinaldi (1997):

Existem dois tipos principais de problemas auditivos. O primeiro afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas “condutivas” (também denominadas de ‘transmissão’), normalmente tratáveis e curáveis. O outro tipo envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo. Chama-se surdez neurossensorial (pág. 31).

A deficiência auditiva pode ser classificada como deficiência de transmissão, quando o problema se localiza no ouvido externo ou médio, geralmente tratável ou curável. Pode surgir do rompimento do tímpano, acúmulo de cera, ou infecções no ouvido; deficiência mista, quando o problema se localiza no ouvido médio e interno, e neurossensorial, quando se origina no ouvido interno e no nervo auditivo (Rinaldi, 1997).

2. Sintomas e características

Com base na classificação do Bureau Internacional d’Audiophonologie, e na Portaria Interministerial nº 186, considera-se:

Parcialmente surdo

- a) Surdez leve – o aluno que apresenta uma perda auditiva de até 40 decibéis. Essa perda impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz distante não é ouvida. Em geral, esse aluno é

¹ Mestrado profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (UniFOA), docente do (UGB-FERP).

considerado como desatento, solicitando frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

- b) Surdez moderada – perda entre 40 a 70 decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse aluno tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.
- c) Surdez severa – aluno que apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.
- d) Surdez profunda – aluno que apresenta perda auditiva superior a 90 decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica, quanto à identificação simbólica da linguagem. Um bebê que nasce surdo balbucia como um bebê com audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim também, não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não a percebendo, não se interessa por ela, e não tendo “feedback” auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões. (Rinaldi, 1997, pág. 53 e 54)

A classificação das perdas auditivas:

Grau de deficiência	Perda em Db
Normal	0 a 15
Leve	16 a 40
Moderada	41 a 70
Severa	71 a 90
Profunda	+ de 90

(Rinaldi, 1997, pág. 47)

Sobre as terminologias, é importante esclarecer que, quando se tratado termo “Surdo”, ainda é comum ouvirmos a expressão “Surdo Mudo”, um termo equivocado, pois uma pessoa muda é aquela que não utiliza seu aparelho fonador, não sendo esse o problema específico da pessoa surda. Portanto a “Mudez” não está relacionada com a “Surdez”.

Dependendo do grau da perda auditiva, é possível que a criança utilize um aparelho de amplificação sonora, conhecido como AASI. Ele capta e amplia os sons, porém não é suficiente para compreender a fala, principalmente se tratando de deficiência com perda profunda.

É importante esclarecer que, a temática da surdez é defendida pelo olhar da comunidade surda, que encara sua surdez como diferença e não necessariamente deficiência. Não se apresenta dizendo sou “deficiente auditivo”, mas sim, sou “surdo!”. Isso faz uma grande diferença. Apesar de clinicamente a surdez ser defendida como deficiência, o modo de tratamento escolhido por eles faz uma grande diferença pois representa um conceito sócio cultural.

A surdez, de acordo com o decreto 5626/2005:

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (Art. 2º)

Libras é a língua usada pela comunidade surda brasileira, de acordo com a Lei 10436/2002:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como

Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Art. 1º)

De acordo com a referida Lei, Libras foi reconhecida e oficializada como língua da comunidade surda no território brasileiro e regulamentada pelo Decreto 5.626/05, e vem abrindo caminhos para que as pessoas surdas sejam respeitadas e se integrem ao meio em que vivem (Almeida, 2014, pág. 27).

Sobre a Língua Brasileira de Sinais, voltaremos com este assunto, mais adiante.

3. Causas

A deficiência auditiva pode ser congênita ou adquirida. Quando congênita, as principais causas são: viroses maternas, doenças tóxicas da gestante, hereditariedade, má nutrição da mãe e uso de medicamento ototóxico durante a gravidez. Quando adquirida ao longo da vida pode ocorrer por uma predisposição genética, exposição a sons impactantes, traumatismo ou doença que afete este órgão.

As causas da perda auditiva podem ser: pré-natais, a criança adquire a surdez através da mãe, no período da gestação; peri natais, quando surgem problemas no parto; pós-natais, surgem problemas após o seu nascimento.

De acordo com Rinaldi (1997), as causas pré-natais são: desordens genéticas ou hereditárias, relativas à consanguinidade, relativas ao fator Rh e às doenças infecto contagiosas, sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose, uso de drogas, remédios ototóxicos, desnutrição, pressão alta, diabetes, exposição à radiação. Dentre as causas peri natais estão: pré-maturidade, pós-maturidade, anóxia, infecção hospitalar. Causas pós-natais: remédios ototóxicos, em excesso, ou sem orientação médica, meningite, sífilis adquirida, sarampo, caxumba, exposição contínua a ruídos ou sons muito altos, traumatismos cranianos, dentre outros.

Outro tipo de perda auditiva, é aquela que à medida que a pessoa envelhece, vai perdendo sua audição, um processo de envelhecimento natural do organismo. É interessante destacar, que, nesses casos, dificilmente a pessoa utilizará Libras para se

comunicar, visto que a utilização de uma língua oral auditiva já estava internalizada nela.

4. Mediação pedagógica docente no ensino superior

Atualmente recebemos no ensino superior um grande contingente de pessoas com deficiência. Diante disso, a inclusão precisa ser vista como um processo de mudança e de reestruturação das instituições de ensino, em todos os aspectos: físico, curricular e social, e de modo muito especial, precisa ser revisto o processo de avaliação (Carvalho, 2020).

O ambiente universitário é um espaço novo, para muitos estudantes, entre eles, o aluno com surdez. A surdez, é uma realidade que muitos docentes, ainda, desconhecem, principalmente, por se tratar de uma forma de comunicação, que muitos, não dominam.

A comunidade surda vem conquistando espaços, e para um bom acompanhamento e desenvolvimento do aluno surdo, será importante o uso de ferramentas tecnológicas, materiais e equipamentos visuais. Lacerda e Santos (2014, p.188) sugerem o uso de elementos imagéticos, pois:

Uma maquete, desenho, um mapa, um gráfico, um vídeo, um pequeno trecho de filme, poderia ser um material útil à apresentação de um tema ou conteúdo pelos professores de ciências, física, química, biologia, história, geografia, matemática, inglês, entre outros. Um elemento visual que provocasse debate, que trouxesse à tona conceitos, opiniões, e que pudesse ser aprofundado na direção dos objetivos pretendidos pelo professor. (2014, p.188)

Devem ser oferecidas ao aluno com surdez, condições que permitam sua aprendizagem, e permanência no espaço universitário. Algumas atitudes e mudanças por parte dos professores podem contribuir na inclusão do aluno surdo, são elas: utilizar de linguagem clara, simples e objetiva; organizar conteúdos e disponibilizar aos alunos; utilizar recursos visuais, como mapas, vídeos, imagens que faça referência ao assunto estudado; estabelecer parceria com o intérprete de Libras que atua na sala de aula; escrever no quadro, as palavras-chaves daquela aula; explorar do recurso teatral

com os alunos, dando-lhes condições de apresentar trabalhos com esse recurso; atenção ao apagar as luzes, assim o aluno surdo não terá uma boa visualização do intérprete em sala; e se possível, aprenda a Língua de Sinais.

Para os autores Lacerda e Santos (2014), é necessário estabelecer parcerias entre os profissionais da educação para garantir o aprendizado do aluno surdo. Acredita-se que as/os intérpretes de Libras devem estar envolvidas/os com o planejamento das atividades para os alunos surdos, e, portanto, “precisa ter acesso aos conteúdos que serão ministrados para se preparar com antecedência e, assim, oferecer uma boa interpretação” (Carvalho, 2020, p. 35).

Um ponto que merece destaque é o aprendizado da Língua de Sinais à todos os envolvidos nesse processo, favorecendo o processo de inclusão, proporcionando assim um ambiente acolhedor, empático e saudável.

5. Saiba mais

Vídeo sugerido “Como ouvimos e como ocorre a surdez”:

<https://www.youtube.com/watch?v=sEsLSkN3DHk>

Aprendendo o alfabeto manual:

<https://www.youtube.com/watch?v=fYaXJXf60gU>

Vamos aprender Libras? Números em Libras:

<https://www.youtube.com/watch?v=tskMwBpBpVA>

[Artigo do INES, sobre: Desafios do aluno surdo no ensino superior:](#)

<https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/download/1586/1577>

6. Referências

ALMEIDA, A. O. **A inclusão escolar do aluno surdo: mudando o enredo da história.** Dissertação de mestrado. Volta Redonda: UniFOA, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei 10.436/02.** Brasília, DF: Senado Federal, 2002.
_____, Ministério da Educação. **Decreto 5626/05.** Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

CARVALHO, B. A. L. **Ferramenta para avaliação do processo ensino – aprendizagem de alunos surdos no ensino superior.** Dissertação de mestrado. Volta Redonda: UniFOA, 2020.

GOLDFELD, M. (2002) **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** 6ª edição. São Paulo: Plexus.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** São Carlos: EDUFSCar, 2014.

RINALDI, G. (1997) **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental. Deficiência Auditiva.** Volume I. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP.